

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Ecovias dos Imigrantes, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes, sente-se orgulhosa de sua trajetória de sucesso em meio aos grandes desafios e conquistas desde o início de suas atividades em 29 de maio de 1998. Resultado atingido através do planejamento e foco constante na eficiência de sua gestão operacional. A concessão do trecho de 176,8 quilômetros, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, investimentos, como a construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação de rodovias e implantação de marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Conscientes da vocação do grupo para a prestação de serviços públicos e de suas responsabilidades sociais e ambientais, a Ecovias dos Imigrantes, firma o seu compromisso na melhoria contínua prestação de seus serviços, de modo qualificado e sustentável, com o objetivo de uma empresa modelo do setor de rodovias.

Por mais este ano, a Ecovias dos Imigrantes agradece aos seus acionistas, colaboradores, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros, pela confiança, apoio e por contribuírem com esta história de sucesso.

Adoção das novas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. Essas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Os efeitos da adoção do IFRS e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) estão apresentados na nota nº 4 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A Receita Bruta atingiu R\$ 712,0 milhões em 2010.

Receita Bruta (R\$ milhares)	2010	2009	Var.
Receitas de Pedágio	635.156	567.909	11,8%
Receitas Acessórias	32.307	31.352	3,0%
Receita de Construção ICPC-01	44.561	61.855	-28,0%
Total	712.024	661.116	7,7%

- **Receitas de Pedágios:** em 2010 a receita bruta atingiu R\$ 712,0 milhões um crescimento de 11,8% em comparação ao ano de 2009, sendo que a receita de pedágio foi responsável por 89,2% da receita da concessionária.

- **Receitas Acessórias:** estas receitas acessórias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões.

- **Receita de Construção:** conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção

TRÁFEGO

O tráfego total em veículos equivalentes pagantes totalizou 53,7 milhões em 2010. O tráfego de veículos de passeio correspondeu a 66,7% do tráfego total.

RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida atingiu R\$ 687,3 milhões em 2010. As Deduções sobre a Receita Bruta atingiram R\$24,7 milhões em 2010. A receita líquida sem os efeitos do ICPC 01 foi de R\$ 642,7 milhões.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2010, os custos e despesas consolidados atingiram R\$280,5 milhões.

Custos operacionais e despesas administrativas			
(milhares)	2010	2009	Var.
Pessoal	26.308	27.646	-4,8%
Conservação e manutenção	18.812	19.221	-2,1%
Serviços de terceiros	65.209	59.985	8,7%
Seguros	4.333	4.585	-5,5%
Poder concedente	26.456	17.978	47,2%
Depreciação e amortização	56.912	51.012	11,6%
Provisão manutenção ICPC 01	19.221	19.284	-0,3%
Custo de construção de obras ICPC 01	44.561	61.855	-28,0%
Outros	18.689	18.058	3,5%
TOTAL	280.501	279.624	0,31%

Os principais motivos das variações dos custos operacionais e despesas administrativas por negócio foram:

Os custos e despesas no setor de concessões rodoviárias apresentaram um crescimento devido, principalmente, à: (i) incrementos dos serviços de manutenção, obras de conservação e recuperação de viadutos e sinalizações de segurança nas rodovias; (ii) aumento da despesa de depreciação devido a conclusão de novas obras em todas as concessionárias e (iii) aumento da provisão de custo futuros de manutenção rodoviária e no custo de construção de obras, ambas decorrentes da aplicação das normas do IFRS/ICPC.

EBITDA e MARGEM EBITDA

Considerando os efeitos da aplicação do IFRS em 2010, o EBITDA totalizou R\$464,2 milhões, crescimento de 13,0% em relação aos R\$410,7 milhões obtidos em 2009.

EBITDA IFRS (em milhões de R\$)	2010	2009	Var.
Lucro líquido	205.494	208.291	-1,3%
Depreciação e amortização	56.912	51.012	11,6%
Resultado financeiro	104.035	54.415	91,2%
Imposto de renda e contribuição social	97.530	96.790	0,8%
EBITDA IFRS	463.971	410.508	13,0%
Margem EBITDA IFRS	67,5%	64,2%	3,3 p.p

EBITDA Ajustado sem IFRS (em milhões de R\$)	2010	2009	Var.
EBITDA IFRS	463.971	410.508	13,0%
Receita de construção	(44.561)	(61.855)	-28,0%
Custos de construção	44.561	61.855	28,0%
Provisão para manutenção	19.221	19.284	-0,3%
EBITDA Ajustado	483.192	429.792	12,4%
Margem EBITDA Ajustada	75,2%	74,5%	0,7 p.p

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2010 foi uma despesa de R\$104,0 milhões. As principais variações são o registro da variação monetária passivas das debêntures e dos direitos de outorgas das concessões.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2010, o lucro líquido atingiu R\$205,5 milhões (margem líquida de 29,9%), inferior em 1,3 pontos percentuais quando comparado com o mesmo período de 2009.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

A Ecovias encerrou dezembro de 2010 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de R\$57,0 milhões. A dívida bruta da Ecovias atingiu R\$443,4 milhões em 31 de dezembro de 2010.

Credores					Vencimento
(R\$)	2010	2009	Var.	Taxas Atuais	
Debêntures (*)	441.496	516.092	-14,5%	IGP-M + 9,50% / 104,00% CDI	nov/14
Empréstimos	1.915	1.328	44,3%	de 1,20% a 1,45% a.m.	de setembro – 2012 a junho - 2013
Divida Total	443.412	517.419	-14,3%		
Caixa e equivalentes de caixa	27.149	12.708	113,6%		
Aplicação financeira vinculada (**)	29.800	30.070	-0,9%		
Divida Líquida	386.463	474.641	-18,6%		

Série	Valor do Principal	Juros
1ª série	135.000	104,00%+CDI
2ª série	157.500	9,50%+IGPM
3ª série	157.500	9,50%+IGPM

¹ Inclui as aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures, registradas na rubrica "Títulos e valores mobiliários"

INVESTIMENTOS

Os investimentos consolidados realizados na EcoRodovias, em 2010, foram de R\$52,2 milhões, 46,9% inferiores aos realizados no mesmo período do ano anterior onde totalizaram R\$98,4 milhões.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Ecovias dos Imigrantes está em conformidade às diretrizes do Grupo EcoRodovias, alinhada às melhores práticas de Governança Corporativa da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A, pauta suas ações com base na ética, na transparência, na responsabilidade, no respeito e no tratamento equânime com todos os seus stakeholders. A Companhia busca consolidar os princípios do compartilhamento de controle, valores e ideais em suas Unidades de Negócio e disseminar os conceitos e as práticas da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, essenciais para o sucesso do negócio. A gestão corporativa está alicerçada em dois órgãos: Conselho de Administração e Diretoria Executiva. Pela própria natureza de suas atividades - prestação de serviços públicos, a empresa tem como premissa o investimento constante em ações que gerem valor para todos os públicos com os quais se relaciona e promovam o desenvolvimento do País. Dentro da gestão da concessionária e do grupo destaca-se o modelo de controle de custos e gestão por processos praticadas, além das políticas de qualidade e adoção de indicadores como o BSC - Balanced Scorecard e EVA®.

GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2010, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência da sua gestão de pessoas. Pela segunda vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Revista Exame/Você S.A, e entre as 50 melhores empresas em IDHO – Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional. A área de Recursos Humanos prioriza programas que visam ao bem estar dos

colaboradores, com destaque para o Programa de Formação de Líderes, que busca o desenvolvimento de competências dos colaboradores.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A política socioambiental da EcoRodovias, que se estende à Ecovias dos Imigrantes, determina as tomadas de decisão com vistas ao crescimento sustentável. Para tanto, diretrizes foram desenvolvidas em âmbito interno e externo e com o apoio dos comitês de responsabilidade social existentes em cada uma das concessionárias de rodovias, aonde são levantadas e solucionadas pendências para se atingir um crescente nível de eficiência socioambiental. A Ecovias dos Imigrantes orgulha-se de ser a primeira concessionária de rodovias no mundo certificada pela norma de gestão ambiental ISO 14001, além de possuir a ISO 9001 de qualidade. O Ecoviver, programa de responsabilidade socioambiental, voltado à educação ambiental de crianças e jovens inclui palestras para professores das escolas, instruindo os participantes em como trabalhar a questão do lixo em sala de aula e eventos que incluem a teoria dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar). Além do Ecoviver, a Ecovias dos Imigrantes possui outros programas de responsabilidade socioambiental, tais como: Papai Noel Existe - campanha de doação de brinquedos à crianças carentes; Usina de Asfalto Ecológico - produção de asfalto borracha que reutiliza pneus velhos que seriam descartados e causariam prejuízo ao meio ambiente; programas e o programa Ecoviver, programa que busca, de forma multidisciplinar, conscientizar crianças e jovens das escolas públicas dos municípios no entorno das rodovias administradas pelo grupo a necessidade de se dar uma destinação correta aos resíduos. Desde 2006, quando foi criado, o projeto já atendeu cerca de 151 mil crianças em mais de 18 cidades nos estados de atuação da EcoRodovias.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Deloitte Auditores Independentes prestou os seguintes serviços: Serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; e auditoria contábil das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards, ou IFRS. Adicionalmente a Companhia contratou serviços de seus auditores para o processo de oferta pública de ações.

As informações no comentário de desempenho nos primeiros nove meses do ano sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Conselho de Administração

Marcelino Rafart de Seras – Presidente

Federico Botto – Efetivo

Marcello Guidotti – Efetivo

Roberto Koiti Nakagome – Efetivo

Composição da Diretoria

Federico Botto - Diretor Presidente

Marcello Guidotti - Diretor de Finanças

Humberto de Souza Gomes - Diretor de Relações com Investidores

Contadora

Ana Silvia de Almeida

CRC 1SP-159542/O-3

São Paulo, 22 de março de 2011.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2010 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de março de 2011



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 1º DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.149	12.708	21.152	Fornecedores		14.025	13.400	16.603
Títulos e valores mobiliários	6	29.800	30.070	9.128	Empréstimos e financiamentos		-	106	421
Clientes	7	36.595	32.978	27.874	Arrendamento mercantil	14	855	365	-
Impostos a recuperar		134	-	-	Debêntures	15	119.285	122.894	16.516
Empresas relacionadas	16	260	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	7.210	6.897	7.189
Despesas antecipadas	8	1.639	1.905	1.745	Obrigações sociais		3.545	3.250	3.245
Outros créditos		2.084	2.200	924	Programa de Parcelamento Especial - PAES		186	349	-
Total do ativo circulante		<u>97.661</u>	<u>79.861</u>	<u>60.823</u>	Empresas relacionadas	16	3.983	5.415	14.417
					Credor pela concessão	19	14.603	13.600	13.314
NÃO CIRCULANTE					Provisão para imposto de renda e contribuição social	12	8.570	9.612	7.862
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a	12.096	22.192	30.514	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		-	1.465	-
Depósitos judiciais	9	3.041	1.918	1.511	Provisão para manutenção	17	12.418	33.312	18.448
Empresas relacionadas	16	7	-	17	Provisão para construção de obras futuras	18	3.697	-	-
Imobilizado	10	30.350	28.016	24.484	Outras contas a pagar		8.841	9.548	5.907
Intangível	11	955.830	963.040	951.444	Total do passivo circulante		<u>197.218</u>	<u>220.213</u>	<u>103.922</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.001.324</u>	<u>1.015.166</u>	<u>1.007.970</u>					
					NÃO CIRCULANTE				
					Empréstimos e financiamentos		-	-	105
					Arrendamento mercantil	14	1.060	857	-
					Debêntures	15	322.211	393.198	506.379
					Credor pela concessão	19	59.432	59.681	66.307
					Empresas relacionadas	16	-	-	113
					Programa de Parcelamento Especial - PAES		753	570	-
					Adiantamento de clientes		-	-	4.883
					Provisão para manutenção	17	43.402	39.911	56.488
					Provisão para construção de obras futuras	18	1.929	5.133	4.682
					Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	20	16.810	13.399	13.958
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a	4.487	4.519	5.760
					Outras contas a pagar		3.810	4.345	-
					Total do passivo não circulante		<u>453.894</u>	<u>521.613</u>	<u>658.675</u>
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social:				
					Subscrito	21.a	314.052	314.052	314.052
					A integralizar	21.a	(11.505)	(11.505)	(11.505)
					Reserva de lucros - legal	21.c	53.670	45.176	35.564
					Reserva de lucros - dividendos		91.656	41.091	19.744
					Prejuízos acumulados		-	(35.613)	(51.659)
					Total do patrimônio líquido		<u>447.873</u>	<u>353.201</u>	<u>306.196</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.098.985</u>	<u>1.095.027</u>	<u>1.068.793</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.098.985</u>	<u>1.095.027</u>	<u>1.068.793</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
RECEITA LÍQUIDA	23	687.274	638.928
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24	(234.858)	(233.195)
LUCRO BRUTO		<u>452.416</u>	<u>405.733</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Pessoal	24	(11.256)	(12.528)
Despesas operacionais	24	(34.387)	(33.901)
Outras receitas, líquidas	24	287	192
		<u>(45.356)</u>	<u>(46.237)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>407.060</u>	<u>359.496</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	25	7.758	9.111
Despesas financeiras	25	(111.793)	(63.526)
		<u>(104.035)</u>	<u>(54.415)</u>
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>303.025</u>	<u>305.081</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	12.b	(87.584)	(89.710)
Diferidos	12.b	(9.946)	(7.080)
		<u>(97.530)</u>	<u>(96.790)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>205.495</u>	<u>208.291</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO		<u>0,78</u>	<u>0,79</u>

Resultados abrangentes:

A Companhia não possui transações que requeiram a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social		Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Legal	Dividendos		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009		314.052	(11.505)	35.564	19.744	(51.659)	306.196
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	208.291	208.291
Dividendos pagos no exercício de 2010 (R\$0,08 por ação)		-	-	-	(19.744)	-	(19.744)
Destinação do lucro:							
Reserva legal		-	-	9.612	-	(9.612)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,08 por ação)	21	-	-	-	-	(20.688)	(20.688)
Dividendos intermediários (R\$0,46 por ação)	21	-	-	-	-	(120.854)	(120.854)
Dividendos propostos adicionais (R\$0,16 por ação)	21	-	-	-	41.091	(41.091)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		<u>314.052</u>	<u>(11.505)</u>	<u>45.176</u>	<u>41.091</u>	<u>(35.613)</u>	<u>353.201</u>
Dividendos pagos no exercício de 2010 (R\$0,16 por ação)		-	-	-	(41.091)	-	(41.091)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	205.495	205.495
Destinação do lucro:							
Reserva legal	21	-	-	8.494	-	(8.494)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,06 por ação)	21	-	-	-	-	(16.371)	(16.371)
Dividendos intermediários (R\$0,20 por ação)	21	-	-	-	-	(53.361)	(53.361)
Constituição de reserva de capital - dividendos (R\$0,20 por ação)		-	-	-	91.656	(91.656)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		<u><u>314.052</u></u>	<u><u>(11.505)</u></u>	<u><u>53.670</u></u>	<u><u>91.656</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>447.873</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	303.025	305.081
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	56.912	50.955
Baixa do ativo imobilizado e intangível	188	770
Receita sobre títulos e valores mobiliários	(1.624)	(1.362)
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	86.905	43.179
Variação monetária sobre credor pela concessão	12.689	4.254
Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	6.320	4.205
Realização do ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	7.540	7.211
Constituição de provisão para manutenção e provisão para construção de obras futuras, líquida	(16.910)	(8.924)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.946	7.080
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(3.617)	(5.104)
Impostos a recuperar	(134)	-
Despesas antecipadas	266	(160)
Outros créditos e depósitos judiciais	(1.007)	(1.323)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	625	(3.203)
Obrigações sociais	295	5
Impostos, taxas e contribuições a recolher	313	(292)
Empresas relacionadas	(4.206)	(9.115)
Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(2.909)	(4.764)
Programa de Parcelamento Especial - PAES	20	919
Outras contas a pagar e adiantamento de clientes	(1.244)	3.103
Juros pagos	(72.955)	(57.342)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(97.076)	(87.844)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>283.362</u>	<u>247.329</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(6.601)	(5.938)
Aquisição de intangível	(45.622)	(60.917)
Recebimento pela venda de imobilizado	-	275
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(52.223)</u>	<u>(66.580)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Credor pela concessão	(11.895)	(10.594)
Títulos e valores mobiliários	1.894	(19.580)
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	1.904	1.214
Pagamento de empréstimos, arrendamento mercantil e debêntures	(97.778)	(412)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(110.823)	(159.821)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(216.698)</u>	<u>(189.193)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>14.441</u>	<u>(8.444)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.708	21.152
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	27.149	12.708
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>14.441</u>	<u>(8.444)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	635.156	567.909
Com construção	44.561	61.855
Outras receitas	<u>32.307</u>	<u>31.352</u>
	<u>712.024</u>	<u>661.116</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)		
Custo dos serviços prestados	(168.591)	(175.122)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(34.100)</u>	<u>(41.344)</u>
	<u>(202.691)</u>	<u>(216.466)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>509.333</u>	<u>444.650</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(56.912)	(50.955)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>452.421</u>	<u>393.695</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	7.758	9.111
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>460.179</u>	<u>402.806</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>460.179</u>	<u>402.806</u>
Pessoal	<u>26.308</u>	<u>22.698</u>
Remuneração direta	20.767	14.169
Benefícios	4.603	7.327
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	938	1.202
Impostos, taxas e contribuições	<u>122.280</u>	<u>114.049</u>
Federais	121.893	113.711
Estaduais	-	24
Municipais	387	314
Remuneração de capitais de terceiros	<u>106.096</u>	<u>57.768</u>
Juros	47.461	54.220
Aluguéis	58.635	3.548
Remuneração de capitais próprios	<u>205.495</u>	<u>208.291</u>
Juros sobre o capital próprio	16.371	20.688
Dividendos	145.017	161.945
Lucro do exercício retido	44.107	25.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 26 de agosto de 2009, a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., mediante processo de aumento de capital na EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., transferiu o seu investimento da Companhia para a sua controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as práticas contábeis adotadas no Brasil incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 4.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado.

a) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Aplicações financeiras

- Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

- Aplicações financeiras mantidos para negociação

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia não optou pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

2.6. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.7. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

2.8. Passivos financeiros

- Instrumentos financeiros passivos não derivativos:

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil, empréstimos e financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.9. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos da Companhia são classificados como operacional.

2.10. Tributação

a) Impostos correntes

A provisão para imposto de a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de a renda é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Em virtude da aplicação do Regime Tributário de Transição - RTT não existem efeitos registrados nos impostos correntes.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

a) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos consultores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 20.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída, tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda.

2.12. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.13. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operação e serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.14. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.

2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 21.d).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.16. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.17. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Diversas normas que emendam as normas e interpretações das IFRSs emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- a) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.
- b) Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) aumentam as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros.
- c) Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Modificação à IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da “IAS 12 - Income Taxes” denominada “Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets”. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo de se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo por meio do uso ou da venda.
- d) Modificação à IFRS 1 sobre a eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs: em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação à “IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards (IFRSs)”, que trata da eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs. O CPC

ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia e de suas controladas entende que a aplicação de certos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Os tratamentos contábeis para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 19.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza mais de 50 modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, para alguma empresa do Grupo EcoRovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referente ao contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço,

em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e a provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% a 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do exercício.
- b) Credores da concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 19.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

4. EFEITOS DA ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todos os pronunciamentos técnicos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no pronunciamento técnico CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

As conciliações para as práticas contábeis anteriores estão demonstradas como segue:

Balancos patrimoniais

Contas	Item	Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP anterior	Efeito da Adoção dos novos CPC	BR GAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPC	BR GAAP reapresentado
ATIVOS							
Ativos circulantes:							
Caixa e equivalentes de caixa		21.152	-	21.152	12.708	-	12.708
Títulos e valores mobiliários		9.128	-	9.128	30.070	-	30.070
Clientes		27.874	-	27.874	32.978	-	32.978
Despesas antecipadas		1.745	-	1.745	1.905	-	1.905
Outros créditos		<u>924</u>	<u>-</u>	<u>924</u>	<u>2.200</u>	<u>-</u>	<u>2.200</u>
Total dos ativos circulantes		<u>60.823</u>	<u>-</u>	<u>60.823</u>	<u>79.861</u>	<u>-</u>	<u>79.861</u>
Ativos não circulantes:							
Empresas relacionadas		17	-	17	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)	3.902	26.612	30.514	3.846	18.346	22.192
Depósitos judiciais	(b)	264	1.247	1.511	311	1.607	1.918
Imobilizado	(a)	952.937	(928.453)	24.484	947.516	(919.500)	28.016
Intangível	(a)	<u>21.644</u>	<u>929.800</u>	<u>951.444</u>	<u>19.143</u>	<u>943.897</u>	<u>963.040</u>
Total dos ativos não circulantes		978.764	29.206	1.007.970	970.816	44.350	1.015.166
TOTAL DOS ATIVOS		<u>1.039.587</u>	<u>26.206</u>	<u>1.068.793</u>	<u>1.050.677</u>	<u>44.350</u>	<u>1.095.027</u>

Contas	Item	Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP anterior	Efeito da Adoção		BR GAAP anterior	Efeito da adoção	
			dos novos CPC	BR GAAP reapresentado		dos novos CPC	BR GAAP reapresentado
PASSIVOS							
Passivos circulantes:							
Fornecedores		16.603	-	16.603	13.400	-	13.400
Empréstimos		421	-	421	471	(365)	106
Arrendamento mercantil		-	-	-	-	365	365
Debêntures		16.516	-	16.516	122.894	-	122.894
Impostos, taxas e contribuições		7.189	-	7.189	6.897	-	6.897
Obrigações sociais		3.245	-	3.245	3.250	-	3.250
Empresas relacionadas		14.417	-	14.417	5.415	-	5.415
Credor pela concessão		13.314	-	13.314	13.600	-	13.600
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	-	349	-	349
Provisão para imposto de renda e contribuição social		7.862	-	7.862	9.612	-	9.612
Provisão para manutenção	(a)	-	18.448	18.448	-	33.312	33.312
Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio a pagar	(c)	19.744	(19.744)	-	42.556	(41.091)	1.465
Outras contas a pagar		<u>5.907</u>	<u>-</u>	<u>5.907</u>	<u>9.548</u>	<u>-</u>	<u>9.548</u>
Total dos passivos circulantes		<u>105.218</u>	<u>(1.296)</u>	<u>103.922</u>	<u>227.992</u>	<u>(7.779)</u>	<u>220.213</u>
Passivos não circulantes:							
Empréstimos		105	-	105	857	(857)	-
Arrendamento mercantil		-	-	-	-	857	857
Debêntures		506.379	-	506.379	393.198	-	393.198
Credor pela concessão		66.307	-	66.307	59.681	-	59.681
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(b)	12.711	1.247	13.958	11.792	1.607	13.399
Provisão para manutenção		-	56.488	56.488	-	39.911	39.911
Provisão para construção		-	4.682	4.682	-	5.133	5.133
Empresas relacionadas s		113	-	113	-	-	-
Adiantamento de clientes		4.883	-	4.883	4.345	-	4.345
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	-	570	-	570
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>5.760</u>	<u>-</u>	<u>5.760</u>	<u>4.519</u>	<u>-</u>	<u>4.519</u>
Total dos passivos não circulantes		<u>596.258</u>	<u>62.417</u>	<u>658.675</u>	<u>474.962</u>	<u>46.651</u>	<u>521.613</u>
Patrimônio Líquido:							
Capital social subscrito		314.052	-	314.052	314.052	-	314.052
Capital social a integralizar		(11.505)	-	(11.505)	(11.505)	-	(11.505)
Dividendos adicionais propostos	(d)	-	19.744	19.744	-	41.091	41.091
Lucros acumulados		-	(51.659)	(51.659)	-	(35.613)	(35.613)
Reservas de lucros - legal		<u>35.564</u>	<u>-</u>	<u>35.564</u>	<u>45.176</u>	<u>-</u>	<u>45.176</u>
Total do patrimônio líquido		<u>338.111</u>	<u>(31.915)</u>	<u>306.196</u>	<u>347.723</u>	<u>5.478</u>	<u>353.201</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.039.587</u>	<u>29.206</u>	<u>1.068.793</u>	<u>1.050.677</u>	<u>44.350</u>	<u>1.095.027</u>

Patrimônio líquido

Item	Em 01/01/2009 (data de transição)	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	357.855	347.723
Ajuste: dividendos adicionais propostos (c)	-	41.091
Ajuste: prejuízos acumulados (a)	<u>(51.659)</u>	<u>(35.613)</u>
Total dos ajustes no patrimônio líquido	<u>(51.659)</u>	<u>5.478</u>
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP rerepresentado	<u>306.196</u>	<u>353.201</u>

Demonstração do resultado

Contas	Item	Exercício findo em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPC	BR GAAP rerepresentado
Lucro bruto	(a)	373.759	31.974	405.733
Despesas gerais e administrativas		(46.429)	-	(46.429)
Outras receitas, líquidas		192	-	191
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(a)	<u>327.522</u>	<u>31.974</u>	<u>359.496</u>
Resultado financeiro	(a)	(46.753)	(7.662)	(54.415)
Lucro antes de impostos	(a)	<u>280.769</u>	<u>24.312</u>	<u>305.081</u>
Imposto de renda e contribuição social	(a)	(88.524)	(8.266)	(96.790)
Lucro do exercício	(a)	<u>192.245</u>	<u>16.046</u>	<u>208.291</u>

			Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)	
Item			Resultado antes dos impostos	Resultado do exercício
De acordo com as práticas contábeis anteriores			280.769	192.245
Contabilização dos contratos de concessão	(c)		24.312	-
Impostos diferidos	(a)		-	16.046
Total dos ajustes ao resultado			24.312	16.046
De acordo com o BR GAAP reapresentado			305.081	208.291

Fluxo de caixa

					Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Item	BR GAAP Anterior	Efeito da adoção dos novos CPC	BR GAAP reapresentado			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(a)	268.318	(20.989)	247.329			
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(a)	(98.163)	31.583	(66.580)			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(a) e (c)	(178.599)	(10.594)	(189.193)			

Notas às reconciliações

A data de transição definida para fins de preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os pronunciamentos contábeis foi 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou a reconciliação do patrimônio líquido e do resultado refletindo todos os ajustes requeridos pelas normas, sendo as principais, refletidas nos quadros anteriores, as seguintes:

a) ICPC 01 - Contratos de Concessão

Refere-se aos ajustes da interpretação técnica ICPC 01, equivalente à interpretação técnica IFRIC 12 - Contratos de Concessão, em que foram considerados o estorno da amortização local, considerando a amortização pela curva de tráfego, o registro da provisão para manutenção das obras, a reclassificação dos itens de concessão para o ativo intangível, o registro da receita de construção e os respectivos custos atrelados, bem como os impactos dos impostos sobre tais ajustes.

b) Depósitos judiciais

De acordo com os CPCs, os depósitos judiciais são apresentados como um ativo por não atenderem aos requerimentos para compensação entre ativos e passivos.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Referem-se ao registro dos impostos diferidos sobre os ajustes aplicáveis.

d) Dividendos adicionais propostos

De acordo com os CPCs, os dividendos propostos que excederem ao mínimo obrigatório de 25% foram reclassificados para o patrimônio líquido.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Caixa e bancos-			
Em moeda nacional	7.518	9.969	13.561
Aplicações financeiras-			
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (*)	<u>19.631</u>	<u>2.739</u>	<u>7.591</u>
	<u>27.149</u>	<u>12.708</u>	<u>21.152</u>

(*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 100,8% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários de curto prazo, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	<u>29.800</u>	<u>30.070</u>	<u>9.128</u>

São formados por CDB e remunerados a taxas que variam entre 100,2% e 101,5% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 15).

7. CLIENTES

Representados substancialmente por valor a receber de pedágio eletrônico, faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Pedágio eletrônico	31.164	26.269	24.309
Cupons de pedágio	3.328	4.071	1.135
Outras contas - receitas acessórias	<u>2.103</u>	<u>2.638</u>	<u>2.430</u>
	<u>36.595</u>	<u>32.978</u>	<u>27.874</u>

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
A vencer	<u>36.588</u>	<u>32.978</u>	<u>27.504</u>
Vencidos:			
Até 30 dias	2	-	350
De 31 a 60 dias	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>20</u>
	<u>36.595</u>	<u>32.978</u>	<u>27.874</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$1.639 (R\$1.905 em 31 de dezembro de 2009 e R\$1.745 em 1º de janeiro de 2009) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 30).

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Saldo no início do exercício	1.918	1.511	1.504
Adições	1.695	622	528
Baixas	(791)	(330)	(521)
Atualização monetária	<u>219</u>	<u>115</u>	<u>-</u>
Saldo no final do exercício	<u>3.041</u>	<u>1.918</u>	<u>1.511</u>

10. IMOBILIZADO

	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos e edificações	Outros	Imobilizado
Saldos em 1º janeiro de 2009	11.988	5.628	924	3.304	2.640	24.484
Adições	2.597	12	866	519	1.944	5.938
Baixas	(59)	(52)	(19)	-	(44)	(174)
Transferências	1.919	-	38	408	(116)	2.249
Depreciação	<u>(3.197)</u>	<u>(886)</u>	<u>(186)</u>	<u>(22)</u>	<u>(190)</u>	<u>(4.481)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	13.248	4.702	1.623	4.210	4.234	28.016
Adições	4.892	319	1.097	293	-	6.601
Baixas	(29)	(23)	(1)	-	-	(53)
Transferências	129	-	-	1.255	-	1.384
Depreciação	<u>(3.612)</u>	<u>(901)</u>	<u>(330)</u>	<u>(168)</u>	<u>(588)</u>	<u>(5.599)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>14.628</u>	<u>4.097</u>	<u>2.389</u>	<u>5.590</u>	<u>3.646</u>	<u>30.350</u>
Taxas anuais de depreciação - %	<u>21,4</u>	<u>10,1</u>	<u>10,0</u>	<u>-</u>	<u>17,6</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2010, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos ou de processos de qualquer natureza.

Em virtude da prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, o prazo de depreciação da obra principal foi revisado com vistas ao novo prazo final da concessão. Esse novo prazo de depreciação não ultrapassa o exercício de vida útil estimado dos bens.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram capitalizados R\$121 de encargos financeiros decorrentes de empréstimos obtidos com terceiros (R\$232 em 31 de dezembro de 2009).

A Administração da Companhia, com base em laudos internos de engenharia, entende que seus ativos permanentes estão registrados próximo ao custo atribuído. Por esse motivo, não se constatou necessidade de reavaliar os valores dos ativos da Companhia.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

11. INTANGÍVEL

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software de terceiros</u>	<u>Intangível</u>
Saldos em 1º janeiro de 2009	939.503	11.230	711	951.444
Adições	56.655	4.139	122	60.916
Baixas	-	(596)	-	(596)
Transferências	10.980	(13.230)	-	(2.250)
Amortização	<u>(46.094)</u>	<u>-</u>	<u>(380)</u>	<u>(46.474)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	961.044	1.543	453	963.040
Adições	44.547	512	563	45.622
Baixas	-	(135)	-	(135)
Transferências	96	(1.480)	-	(1.384)
Amortização	<u>(50.984)</u>	<u>-</u>	<u>(329)</u>	<u>(51.313)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>954.703</u>	<u>440</u>	<u>687</u>	<u>955.830</u>
Taxas anuais de amortização - %	<u>(*)</u>	<u>-</u>	<u>5,0</u>	<u>-</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no ativo imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e dos eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	5.715	4.556	4.746
Provisão para manutenção/obras futuras	6.921	18.346	26.612
Juros capitalizados	(1.652)	(1.433)	(743)
Outros	<u>(3.375)</u>	<u>(3.796)</u>	<u>(5.861)</u>
	<u>7.609</u>	<u>17.673</u>	<u>24.754</u>
Ativo diferido	12.096	22.192	30.514
Passivo diferido	<u>(4.487)</u>	<u>(4.519)</u>	<u>(5.760)</u>
	<u>7.609</u>	<u>17.673</u>	<u>24.754</u>

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Varição no:		
Imposto de renda corrente	(64.345)	(65.929)
Imposto de renda diferido	<u>(10.364)</u>	<u>(5.310)</u>
	<u>(74.709)</u>	<u>(71.239)</u>
Varição na:		
Contribuição social corrente	(23.239)	(23.781)
Contribuição social diferida	<u>418</u>	<u>(1.770)</u>
	<u>(22.821)</u>	<u>(25.551)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	303.025	305.081
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(103.029)	(103.728)
Juros sobre o capital próprio	5.499	7.034
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>-</u>	<u>(96)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(97.530)</u>	<u>(96.790)</u>

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Impostos sobre faturamento:			
ISS	3.679	3.433	3.218
Cofins	1.985	1.896	1.706
PIS	430	411	369
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre juros o capital próprio	-	258	772
Outros impostos	<u>1.116</u>	<u>899</u>	<u>1.124</u>
	<u>7.210</u>	<u>6.897</u>	<u>7.189</u>

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro -pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	842	357
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>1.060</u>	<u>857</u>
	1.902	1.214
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>13</u>	<u>8</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>1.915</u>	<u>1.222</u>
Circulante	<u>855</u>	<u>365</u>
Não circulante	<u>1.060</u>	<u>857</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Imobilizado” e apresenta R\$1.915 e R\$1.222 em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente.

Em 1º de janeiro de 2009, a Companhia não possuía saldos na rubrica “Arrendamento mercantil”.

15. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Principal corrigido	431.033	505.276	511.768
Remuneração (juros)	14.486	16.203	17.631
Custos com emissão de debêntures	<u>(4.023)</u>	<u>(5.387)</u>	<u>(6.504)</u>
	<u>441.496</u>	<u>516.092</u>	<u>522.895</u>
Circulante	<u>119.285</u>	<u>122.894</u>	<u>16.516</u>
Não circulante	<u>322.211</u>	<u>393.198</u>	<u>506.379</u>

A Companhia concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

No exercício de 2010, a Companhia efetuou pagamento de R\$161.500, sendo R\$64.750 referentes a juros da primeira, segunda e terceira séries das debêntures e R\$96.750 referentes ao valor principal da primeira, segunda e terceira séries.

Essa operação teve classificação de risco “brAA-” da Standard & Poors.

Descrição

Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10,00
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2010	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$10,46 3ª série - R\$10,46
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado

Descrição

Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2010			31/12/2009		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2011	-	-	-	107.805	(1.170)	106.635
2012	119.603	(1.074)	118.529	107.805	(1.170)	106.635
2013	119.603	(1.074)	118.529	107.805	(1.170)	106.635
2014	<u>85.852</u>	<u>(699)</u>	<u>85.153</u>	<u>74.055</u>	<u>(762)</u>	<u>73.293</u>
	<u>325.058</u>	<u>(2.847)</u>	<u>322.211</u>	<u>397.470</u>	<u>(4.272)</u>	<u>393.198</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores que 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2010, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures 1ª série	01/11/2006	135.000	(2.677)	132.323	104% CDI	107% CDI
Debêntures 2ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
Debêntures 3ª Série	01/11/2006	<u>157.500</u>	<u>(3.124)</u>	<u>154.376</u>	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
		<u>450.000</u>	<u>(8.925)</u>	<u>441.075</u>		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de “bookbuilding”, que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

16. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

As transações dos períodos e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir:

Balanco patrimonial

<u>Companhia</u>	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
	Créditos diversos	Créditos diversos	Imobilizado	Contas a pagar	Contas a pagar
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	260		16.600	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	-	<u>7</u>	-	<u>3.983</u>	-
Total em 31 de dezembro de 2010	<u>260</u>	<u>7</u>	<u>16.600</u>	<u>3.983</u>	-
Total em 31 de dezembro de 2009	-	-	<u>33.005</u>	<u>5.415</u>	-
Total em 1º de janeiro de 2009	-	<u>17</u>	<u>92.045</u>	<u>14.417</u>	<u>113</u>

Demonstração do resultado

<u>Companhia</u>	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	<u>13.620</u>	<u>38.820</u>
Total em 31 de dezembro de 2010	<u>13.620</u>	<u>38.820</u>
Total em 31 de dezembro de 2009	<u>19.450</u>	<u>28.804</u>

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelos controladores e pelas seguintes empresas relacionadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços para construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágios. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Serra do Mar é de R\$180.589. Em 31 de dezembro de 2010, há um saldo de R\$36.663 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$52.440.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2010 em R\$855 (R\$820 em 31 de dezembro de 2009).

A Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Ordinária - AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano 2011, para, entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para o valor de R\$946, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o valor efetivamente pago deu-se em virtude do pagamento de remuneração adicional de performance devido à assistência ao incremento na governança corporativa como companhia aberta no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Salários e ordenados	573	478
Participação nos resultados	<u>373</u>	<u>215</u>
	<u>946</u>	<u>693</u>

17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 9,62% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem a cada quatro anos.

Os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	69.456	88.209	92.898
Ajuste a valor presente - realizações	<u>(13.636)</u>	<u>(14.986)</u>	<u>(17.962)</u>
	<u>55.820</u>	<u>73.223</u>	<u>74.936</u>
Circulante	<u>12.418</u>	<u>33.312</u>	<u>18.448</u>
Não circulante	<u>43.402</u>	<u>39.911</u>	<u>56.488</u>

18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas de 9,62% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2010 o saldo é de R\$5.626 (R\$5.133 em 31 de dezembro de 2009 e R\$4.682 em 1º de janeiro de 2009) e está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	7.909	7.909
Ajuste a valor presente	<u>(2.283)</u>	<u>(2.776)</u>	<u>(3.227)</u>
	<u>5.626</u>	<u>5.133</u>	<u>4.682</u>
Circulante	<u>3.697</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>1.929</u>	<u>5.133</u>	<u>4.682</u>

19. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Parcelas fixas	72.049	71.392	77.915
Parcelas variáveis	<u>1.986</u>	<u>1.889</u>	<u>1.706</u>
	<u>74.035</u>	<u>73.281</u>	<u>79.621</u>
Circulante	<u>14.603</u>	<u>13.600</u>	<u>13.314</u>
Não circulante	<u>59.432</u>	<u>59.681</u>	<u>66.307</u>

O contrato de concessão rodoviária, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de dezembro de 2010, restam 89 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 62,92% do total (57,92% em 31 de dezembro de 2009).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 9,5% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o desconto no valor de R\$3.095, somado à atualização monetária do direito de outorga, no valor de R\$9.594, e totalizou o valor líquido de R\$12.689 de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação.

A Companhia mantém em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia, como cossegurados, e possui prazo mínimo de vigência o período de 12 meses.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, contratará e manterá em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
2011	-	10.664	10.851
2012	11.553	9.739	9.909
2013	10.842	8.894	9.050
2014	9.901	8.122	8.264
Posteriores a 2015	<u>27.136</u>	<u>22.262</u>	<u>28.233</u>
	<u>59.432</u>	<u>59.681</u>	<u>66.307</u>

20. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

O saldo da provisão é conforme segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Cíveis (a)	11.682	8.646	8.140
Tributários (b)	526	518	2.241
Trabalhistas (c)	<u>4.602</u>	<u>4.235</u>	<u>3.577</u>
Não circulante	<u>16.810</u>	<u>13.399</u>	<u>13.958</u>

Movimentação entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009

<u>Natureza</u>	<u>01/01/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2009</u>
Cível (a)	8.140	1.478	(1.670)	698	8.646
Tributária (b)	2.241	204	(2.312)	385	518
Trabalhista (c)	<u>3.577</u>	<u>1.085</u>	<u>(782)</u>	<u>355</u>	<u>4.235</u>
	<u>13.958</u>	<u>2.767</u>	<u>(4.764)</u>	<u>1.438</u>	<u>13.399</u>

Movimentação entre os exercício findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2010

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2010</u>
Cível (a)	8.646	2.853	(820)	1.003	11.682
Tributária (b)	518	503	(540)	45	526
Trabalhista (c)	<u>4.235</u>	<u>1.443</u>	<u>(1.549)</u>	<u>473</u>	<u>4.602</u>
	<u>13.399</u>	<u>4.799</u>	<u>(2.909)</u>	<u>1.521</u>	<u>16.810</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2010, R\$2.681 (R\$6.732 em 31 de dezembro de 2009), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2010, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$12.461 (R\$13.560 em 31 de dezembro de 2009), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

A principal demanda refere-se a processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2009, tendo sido o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.400, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2010, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$8.043 (R\$6.662 em 31 de dezembro de 2009), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito é de R\$314.052, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505. O capital social integralizado de R\$302.547 estava representado por 262.452.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

O saldo de reserva legal em 31 de dezembro de 2010 é de R\$53.570.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio limitados à variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, no valor de R\$16.371 (R\$2.456 de IRRF), os quais foram contabilizados como despesas financeiras para fins fiscais e estão demonstrados como distribuição de dividendos para fins contábeis, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizaram R\$94.452 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, sendo R\$53.361 relativos aos lucros intermediários de 2010 e R\$41.091 referente ao lucro do exercício de 2009.

Adicionalmente, foram pagos R\$1.465 referentes a juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2009, (líquidos de IRRF).

O cálculo dos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

	<u>31/12/2010</u>
Prejuízos acumulados	(35.613)
Lucro líquido do exercício	205.495
Constituição da reserva legal	<u>(8.494)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>161.388</u>
Proposta da Administração:	
Dividendos intermediários	53.361
Juros sobre o capital próprio	16.371
Dividendos adicionais propostos – classificados como reserva de lucros	<u>91.656</u>

22. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o valor de R\$7.955 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 31 de dezembro de 2010, o valor total compensado foi de R\$194.700 (R\$168.260 em 31 de dezembro de 2009).

23. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	283.605	277.536
Pedágio por equipamento eletrônico	301.262	250.172
Vale-pedágio e pedágio em cupons	49.364	39.210
Outras	<u>925</u>	<u>991</u>
	635.156	567.909
Receitas com construção	44.561	61.855
Receitas acessórias (*)	<u>32.307</u>	<u>31.352</u>
Receita bruta	<u>712.024</u>	<u>661.116</u>
Deduções de receita	<u>(24.750)</u>	<u>(22.188)</u>
Receita líquida	<u>687.274</u>	<u>638.928</u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação, concessão de acessos e outros.

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Pessoal	26.308	27.646
Conservação e manutenção	18.812	15.782
Serviços de terceiros (*)	65.208	59.985
Seguros	4.333	4.585
Poder Concedente	26.456	17.978
Provisão para manutenção	19.222	22.660
Custos com construção	44.561	61.855
Depreciação e amortização	56.912	50.955
Outros	<u>18.402</u>	<u>17.986</u>
	<u>280.214</u>	<u>279.432</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	234.858	233.195
Despesas com pessoal	11.256	12.528
Despesas gerais e administrativas	<u>34.387</u>	<u>33.709</u>
	<u>280.214</u>	<u>279.432</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	7.490	2.441
Variação monetária sobre financiamentos	232	-
Variação monetária sobre debêntures	-	6.455
Outras	<u>36</u>	<u>215</u>
	<u>7.758</u>	<u>9.111</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(47.459)	(48.504)
Juros sobre arrendamentos	(2)	(117)
Variação monetária sobre debêntures	(38.198)	-
Variação monetária sobre direito de outorga	(12.689)	(4.254)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.364)	(1.013)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - ICPC 01	(7.540)	(7.662)
Outras	<u>(4.541)</u>	<u>(1.976)</u>
	<u>(111.793)</u>	<u>(63.526)</u>
Resultado financeiro	<u>(104.035)</u>	<u>(54.415)</u>

26. LUCRO POR AÇÃO

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro básico por ação das operações - R\$	<u>0,78</u>	<u>0,79</u>

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>205.495</u>	<u>208.291</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>262.452</u>	<u>262.452</u>

b) Lucro básico diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

27. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a participação nos lucros e resultados foi de R\$1.440 (R\$1.050 em 31 de dezembro de 2009), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. No entanto, em 31 de dezembro de 2010, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2010.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. São definidos como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,0 a 100,8% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Arrendamento mercantil e debêntures: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 14 e nº 15.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Clientes	36.595	36.595
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	49.431	49.430
Passivos:		
Arrendamento mercantil	1.915	1.915
Debêntures	441.496	441.496
Credor pela concessão	74.035	94.996

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, arrendamento mercantil e debêntures de curto e longo prazos.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem em clientes.

A Companhia vem aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de “rating”, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

c) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

d) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

- e) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia monitora constantemente mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar as atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IGP-M e da TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	32.408	36.776	41.089
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures e empréstimos	Alta do IGP-M	107.392	120.857	134.299

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	10,64%	13,30%	15,96%
IGP-M (b)	8,23%	10,28%	12,34%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2010.

(b) Refere-se à variação do IGP-M acumulada projetada para os próximos 12 meses.

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes de mercado. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de operações financeiras da Companhia, por meio de controles e estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2010.

29. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$130 (R\$159 em 31 de dezembro de 2009), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

30. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2010, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Maio/2010 a junho/2011	225.013
Responsabilidade civil	Maio/2010 a maio/2011	639.103
Riscos patrimoniais	Maio/2010 a maio/2011	2.440.355
Riscos - perda receita	Maio/2010 a maio/2011	639.103
Equipamentos	Março/2010 a março/2011	1.343
Painéis	Maio/2010 a maio/2011	113
Veículos	Junho/2010 a junho/2011	Tabela Fipe

31. CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 21 de dezembro de 2007, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente no reconhecimento inicial), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M da FGV.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que à Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita de construção	44.561	61.855
Custos de construção	<u>(44.561)</u>	<u>(61.855)</u>
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2010, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$517.075 (R\$521.127 em 31 de dezembro de 2009).

32. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda e contribuição social, dividendos pagos, juros sobre o capital próprio e juros pagos estão demonstrados na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se às transações de aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 10 e nº 11.

33. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRSs E DO CPC NO RESULTADO E NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS TRIMESTRES FINDOS EM 2010 E 2009

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, até a data do arquivamento das Informações Trimestrais de 31 de março de 2011, a Companhia rerepresentará as suas Informações Trimestrais de 2010 de forma comparativa com as de 2009, a serem divulgadas em conjunto, como se esses novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

A reconciliação dos efeitos dos ajustes são:

a) Lucro líquido

	31/12/2010				Total
	1ºTrimestre	2ºTrimestre	3ºTrimestre	4ºTrimestre	
Lucro líquido anteriormente reportado	44.086	37.700	47.875	53.654	183.315
Provisão para manutenção	(3.986)	(4.028)	(4.507)	(6.700)	(19.221)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção	(1.762)	(1.762)	(1.762)	(1.762)	(7.048)
Ajuste a valor presente - provisão para obras futuras	(123)	(123)	(123)	(123)	(492)
Reversão de depreciação local	27.039	27.394	28.059	28.731	111.223
Depreciação - curva tráfego	(12.529)	(12.614)	(12.756)	(12.960)	(50.859)
Receita de construção de obras	3.976	9.158	12.837	18.591	44.562
Custos com construção de obras	(3.976)	(9.158)	(12.837)	(18.591)	(44.562)
Efeito dos impostos	(2.937)	(3.014)	(3.029)	(2.443)	(11.423)
Lucro líquido rerepresentado	<u>49.788</u>	<u>43.553</u>	<u>53.757</u>	<u>58.397</u>	<u>205.495</u>

	31/12/2009				Total
	1ºTrimestre	2ºTrimestre	3ºTrimestre	4ºTrimestre	
Lucro líquido anteriormente reportado	48.387	39.472	45.274	59.112	192.245
Provisão para manutenção	(4.242)	(6.927)	(5.567)	(5.925)	(22.661)
Ajuste a valor presente – provisão para manutenção	(1.803)	(1.803)	(1.803)	(1.803)	(7.212)
Ajuste valor presente – provisão para obras futuras	(113)	(113)	(113)	(113)	(452)
Reversão depreciação local	22.422	25.989	25.717	26.601	100.729
Depreciação - curva tráfego	(11.523)	(11.523)	(11.523)	(11.523)	(46.092)
Receita de construção de obras	9.019	18.585	16.859	17.392	61.855
Custos com construção de obras	(9.019)	(18.585)	(16.859)	(17.392)	(61.855)
Efeito dos impostos	<u>(1.612)</u>	<u>(1.912)</u>	<u>(2.281)</u>	<u>(2.461)</u>	<u>(8.266)</u>
Lucro líquido reapresentado	<u>51.516</u>	<u>43.183</u>	<u>49.704</u>	<u>63.888</u>	<u>208.291</u>

b) Patrimônio líquido

	Saldo em 31/12/2009	31/12/2010			
		1ºTrimestre	2ºTrimestre	3ºTrimestre	4ºTrimestre
Patrimônio líquido anteriormente reportado	347.723	386.664	420.877	445.652	461.306
Provisão para manutenção	(104.809)	(110.557)	(116.347)	(122.616)	(131.078)
Provisão para obras futuras	(3.787)	(3.910)	(4.033)	(4.156)	(4.279)
Depreciação	54.637	69.147	83.927	99.230	115.001
Dividendos adicionais propostos	41.091	(41.091)	-	-	-
Efeito dos impostos	<u>18.346</u>	<u>15.409</u>	<u>12.395</u>	<u>9.366</u>	<u>6.923</u>
Patrimônio líquido reapresentado	<u>353.201</u>	<u>315.662</u>	<u>396.819</u>	<u>427.476</u>	<u>447.873</u>

	Saldo em 01/01/2009	31/12/2009			
		1ºTrimestre	2ºTrimestre	3ºTrimestre	4ºTrimestre
Patrimônio líquido anteriormente reportado	338.111	364.656	365.917	369.270	347.723
Provisão para manutenção	(74.936)	(80.981)	(89.711)	(97.081)	(104.809)
Provisão para obras futuras	(4.682)	(3.448)	(3.561)	(3.674)	(3.787)
Depreciação	1.347	10.899	25.365	39.559	54.637
Dividendos adicionais propostos	19.744	-	-	-	41.091
Efeito dos impostos	<u>26.612</u>	<u>25.000</u>	<u>23.088</u>	<u>20.807</u>	<u>18.346</u>
Patrimônio líquido reapresentado	<u>306.196</u>	<u>316.126</u>	<u>321.098</u>	<u>328.881</u>	<u>353.201</u>

Estas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para informações trimestrais (NPA 06 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. foi aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2011.



Declaração dos diretores

Após exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Federico Botto
Diretor Presidente

Marcello Guidotti
Diretor de Finanças

Humberto de Souza Gomes
Diretor de Relações com Investidores